

# Poder Legislativo e dívida externa

ISAC ZAGURY

Em 11 de abril de 1989 foi instalada uma Comissão Constitucional, criada nos termos do artigo 26, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, com o objetivo de promover o exame analítico e pericial dos atos e fatos geradores do endividamento externo brasileiro. Em 16 de agosto a comissão aprovou uma minuta de projeto de lei que estabelece condições para a realização do pagamento da dívida externa brasileira.

A minuta determina a suspensão do pagamento do principal, juros e demais acessórios da dívida externa da República Federativa do Brasil até que o Supremo Tribunal Federal decida sobre a constitucionalidade dos contratos relativos aos mencionados débitos. Estabelece, ainda, que, para a retomada do pagamento previsto, serão exigidos novos contratos a serem submetidos ao Congresso Nacional, com exclusão de cláusulas atentatórias à soberania nacional, à jurisdição brasileira ou que estipulem juros flutuantes.

É imprescindível e necessária a participação do Legislativo em assunto de relevante importância para a Nação. Entretanto, alguns aspectos analisados pela comissão devem ser examinados e colocados em discussão junto aos diversos segmentos da sociedade brasileira.

A primeira questão é a da arbitragem, método pacífico de solução de litígios, em contratos internacionais. E regra aceita pela comunidade bancária que o árbitro desempatador seja uma Câmara internacional sediada em Haia ou em outro fórum de elevada reputação. Caso o Poder Legislativo entenda de forma diversa

com relação aos contratos assinados pelo Brasil, deve remeter o assunto à apreciação do Poder Judiciário que, naturalmente, instrumentalizará, se for o caso, o Poder Executivo para a negociação da revisão de tais cláusulas. Entretanto, antes do pronunciamento do Judiciário sobre a matéria, parece-nos precipitada uma decisão unilateral de suspensão dos pagamentos da dívida brasileira.

## **Solução negociada, melhor que o confronto**

O segundo aspecto que merece uma apreciação mais cuidadosa é a inconstitucionalidade da cláusula que regula as taxas flutuantes de juros nos contratos internacionais. A exigência do ressarcimento dos juros pagos no passado sob a argumentação de que os acréscimos da dívida foram produzidos unilateralmente pelos credores constituir-se-á, sem dúvida, em um preceito ímpar na história das relações internacionais. Uma solução negociada com os credores proporcionaria, certamente, melhores resultados a médio e longo prazo do que uma atitude confrontacionista. O ponto de partida seria a redução da dívida em função do nível médio das reservas constituídas pelos credores e o contingenciamento automático dos juros em função de uma variável econômica que afastasse o componente real das taxas de juros internacionais. A redução do estoque da dívida e do seu serviço resultaria em uma economia de custos semelhante à proposta de eventual ressarcimento dos juros pagos no passado.

A proposta da comissão inclui todos os débitos, mesmo aqueles que foram considerados regularmente autorizados. O Bra-

sil é um dos poucos países da América Latina que possui um sistema de câmbio centralizado e um dos mais eficientes sistemas de registros de capitais estrangeiros. Além disso, cada contratação de crédito externo é precedida de uma série de autorizações junto aos diversos órgãos do Poder Executivo e, em alguns casos, do próprio Legislativo. Desta forma, o caminho para o entendimento com os credores deve fundamentar-se em um exame individual de cada operação, e não em um tratamento conjunto de operações de natureza diversa.

O artigo 52 da nova Constituição atribui ao Legislativo o poder de fixar limites e condições para a negociação de operações financeiras externas de empresas controladas direta ou indiretamente pela União Federal. O Congresso é o legítimo representante da sociedade e deve buscar a fórmula do entendimento quanto ao problema da dívida externa, delegando limites de competência para o Executivo negociar uma equação definitiva para a grave questão da crescente transferência anual de recursos para o Exterior.

Segundo os especialistas da área internacional, o governo federal vem adotando uma política inteligente — com anuência informal dos credores — de administrar uma moratória não declarada, assegurando ao País uma posição cambial estável neste período de transição política. Finalmente, cabe agora ao Poder Legislativo dotar o futuro governo de meios para uma negociação dura-doura e realista da questão da dívida, evitando isolar o País do sistema internacional de cooperação.

□ Isac Zagury é chefe do Departamento Internacional da Área de Finanças do BNDES.